

Massificação e qualidade na Educação Superior: *análise multidimensional a partir do Documento Final da Conae 2024*

Massification and quality in Higher Education:
a multidimensional analysis based on Conae 2024 Final Document

Masificación y calidad en la Educación Superior:
análisis multidimensional a partir del Documento Final de la Conae 2024

 **BRUNA DE SOUZA SOUZA***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

 **MARIA BEATRIZ LUCE****

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

RESUMO: Neste artigo investigamos a massificação e a qualidade da Educação Superior no Brasil, destacando sua importância para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, sob a ótica da Massificação Qualificada da Educação Superior. Propomos um Modelo Multidimensional para tanto, baseado nos sete eixos temáticos do Documento Final da Conae 2024, integrando variáveis do Censo da Educação Superior e indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O modelo visa superar abordagens quantitativas limitadas, considerando as dimensões qualitativas da educação. Isso equilibra a expansão numérica com melhorias qualitativas e inclusivas, valorizando aumento de matrículas, qualidade educacional, inclusão de grupos vulneráveis, permanência e sucesso de estudantes. Tal modelo utiliza dados para planejar, monitorar e avaliar políticas educacionais, identificando áreas críticas e orientando a formulação de estratégias eficazes para o próximo Plano Nacional de

* Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* <brunadessouza92@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora nos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Pampa. *E-mail:* <luceb@ufrgs.br>.

Educação – PNE 2024-2034. Concluímos que o Modelo Multidimensional tem potencial para guiar o processo de massificação da Educação Superior no Brasil, garantindo um compromisso contínuo com políticas públicas que integrem qualidade e equidade, alinhando-se aos princípios da Conae 2024.

Palavras-chave: Educação Superior. Massificação. Qualidade. Conae 2024.

ABSTRACT: In this article, we investigate the massification and the quality of higher education in Brazil, highlighting its importance for social inclusion and economic development, from the perspective of Qualified Massification of Higher Education. On this account, we propose a multidimensional model based on the seven thematic axes of Conae 2024 Final Document, integrating variables from the Higher Education Census and indicators from the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira – INEP. The model aims to overcome limited quantitative approaches, considering the qualitative dimensions of education. This balances numerical expansion with qualitative and inclusive improvements, valuing more enrollments, educational quality, inclusion of vulnerable groups, student permanence and success. This model uses data to plan, monitor and evaluate educational policies, identifying critical areas and guiding the formulation of effective strategies for the next National Education Plan – PNE 2024-2034. We conclude that a multidimensional model has the potential to guide the process of massification of higher education in Brazil, ensuring a continuous commitment to public policies that integrate quality and equity, which is in line with the principles of Conae 2024.

Keywords: Higher Education. Massification. Quality. Conae 2024.

RESUMEN: En este artículo, investigamos la masificación y la calidad de la Educación Superior en Brasil, destacando su importancia para la inclusión social y el desarrollo económico, desde la perspectiva de la Masificación Calificada de la Educación Superior. Proponemos para ello un Modelo Multidimensional, basado en los siete ejes temáticos del Documento Final de la Conae 2024, integrando variables del Censo de Educación Superior e indicadores del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira – INEP. El modelo

pretende superar enfoques cuantitativos limitados considerando las dimensiones cualitativas de la educación. Esto equilibra la expansión numérica con mejoras cualitativas e inclusivas, valorando el aumento de la matrícula, la calidad educativa, la inclusión de grupos vulnerables, la retención y el éxito de los estudiantes. Este modelo utiliza datos para planificar, monitorear y evaluar políticas educativas, identificando áreas críticas y orientando la formulación de estrategias efectivas para el próximo Plan Nacional de Educación – PNE 2024-2034. Concluimos que el Modelo Multidimensional tiene el potencial de guiar el proceso de masificación de la Educación Superior en Brasil, asegurando un compromiso continuo con políticas públicas que integren calidad y equidad, en línea con los principios de la Conae 2024.

Palabras clave: Educación superior. Masificación. Calidad. Conae 2024.

Introdução

A Educação Superior no Brasil, marcada por restrições e privilégios, passa por transformações significativas visando expandir e democratizar o acesso a uma parcela maior da população. As últimas décadas testemunharam um crescimento constante do número de instituições, cursos e vagas, impulsionado, em parte, pela proliferação de instituições privadas e pela criação de novas universidades e campi federais. Esse movimento se reflete na alteração do perfil socioeconômico dos/das estudantes, com maior inclusão social (RISTOFF, 2014). No entanto, essa massificação impõe um desafio significativo para a qualidade da formação oferecida (CARNEIRO *et al*, 2023).

A historiografia educacional do país revela um campo de visões e interesses diversos, acentuados pela falta de um sistema educacional nacional institucionalizado (SANTOS & AMARAL, 2020). Destarte, os desafios de continuidade e eficácia das políticas educacionais têm sido um entrave histórico para a consolidação do direito à educação de qualidade no país. De acordo com Janete Azevedo e João Oliveira (2021), a eficácia na implementação e na continuidade de políticas educacionais requer gestão e monitoramento efetivos, especialmente em contextos de instabilidade política.

A importância de políticas educacionais consistentes e bem estruturadas fica evidente nas discussões sobre elaboração, implementação e continuidade dos planos nacionais de educação. Luiz Dourado (2020) criticou a secundarização do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, inicialmente concebido como uma política de Estado, epicentro das políticas educativas, apoiado em um pacto federativo e democrático. No entanto, segundo o autor, o Plano foi marginalizado e não atingiu seus objetivos por conta da prevalência

de interesses privados, levando a um recuo das políticas de expansão e interiorização da Educação Superior pública. Além disso, políticas e programas em andamento foram descontinuados ou substituídos por iniciativas que favorecem um modelo conservador e uma regulação mais flexível. Essas mudanças não apenas fragmentaram o sistema educacional, mas também estimularam uma dinâmica de hierarquização. O autor destaca ainda a interação dessas políticas com a agenda transnacional, o que abre espaço para a articulação de lutas políticas em movimentos globais, moldando assim o futuro da educação no país e no mundo.

Nesse cenário, exploramos a política de massificação da Educação Superior no contexto do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) e do Documento Final da Conferência Nacional de Educação – Conae 2024 (FNE, 2024). Contemplamos a massificação por uma ótica positiva e construtiva, como uma política desejável e indispensável para assegurar o direito de todos/as à educação. Assim, entendemos que a massificação deve ser percebida não apenas como uma expansão numérica, mas também em termos de melhoria qualitativa. Adotamos, portanto, o conceito de Massificação Qualificada da Educação Superior – MQES, destacando a necessidade de enfrentar desigualdades, integrando compromissos com qualidade, equidade e justiça social.

Ademais, propomos um Modelo Multidimensional para análise da massificação da Educação Superior no país, utilizando variáveis do Censo da Educação Superior – CES e indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, selecionados por sua relevância para os sete eixos temáticos do Documento Final da Conae 2024. Além de considerar métricas quantitativas, incorpora dimensões qualitativas essenciais para abordar desigualdades e promover a MQES. Propomos o modelo como uma ferramenta analítica para o campo das políticas públicas de educação, capacitando o diagnóstico, o monitoramento, a avaliação e planejando uma Educação Superior que atenda em proporção de massa, conforme a classificação de Martin Trow (2007). Ou seja, que a matrícula atinja entre 16% a 50% da faixa etária típica, entre 18 e 24 anos. Ao mesmo tempo, consideramos que a Educação Superior, quando massificada, deve também ser pautada pela excelência acadêmica, formação cidadã e princípios de justiça social, conforme os preceitos de MQES que serão adiante detalhados. O trabalho parte de análise do Documento Final da Conae, com a perspectiva de que seja o referencial para a redação das diretrizes e metas do PNE 2024-2034.

O processo de formulação de políticas educacionais, conforme revela o monitoramento das metas de um PNE, não é linear e está imerso em uma polissemia de interesses que necessitam de análise cuidadosa e estratégias bem definidas para sua efetivação ou secundarização (RIBEIRO, 2020). Este estudo alinha-se às diretrizes e metas do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), de expandir a Educação Superior não apenas numericamente, mas massificá-la, elevando sua qualidade, promovendo inclusão social e desenvolvendo competências do corpo docente. Pretendemos demonstrar como a integração de dados em um

modelo analítico multidimensional pode fornecer subsídios para diagnósticos e proposições aderentes ao conceito de democratização da/na educação (MEDEIROS & LUCE, 2006).

Os históricos desafios e contradições enfrentados na implementação das políticas educacionais refletem a complexidade inerente à gestão pública e a necessidade de equilíbrio entre inclusão social e mecanismos de avaliação e controle de qualidade (CLEMENTINO & OLIVEIRA, 2023). Intuímos que o Modelo Multidimensional ora proposto pode iluminar a formulação de metas e estratégias da Educação Superior no próximo PNE, rumo ao enfrentamento das desigualdades na sociedade brasileira e às diretrizes da Conae 2024, contribuindo para um debate construtivo sobre as políticas de Estado para a educação no Brasil.

A massificação da Educação Superior em questão

Conforme Frederico Morais (2020), estudar a Educação Superior no Brasil requer compreensão das dinâmicas históricas e sociais, evidenciadas nas disputas de interesses entre os setores públicos e privados. O PNE 2014-2024 exemplifica essas disputas, sendo campo de intensas divergências de concepções sobre sociedade e educação, cujo processo de aprovação e implementação reflete constante luta política, influenciando diretamente as políticas de massificação.

A massificação da Educação Superior é marcada por interpretações diversas e contrassensos quanto ao aumento de matrículas de 1,5 milhão em 1991 para quase 9,5 milhões em 2022 (INEP, 2011; 2022a). Alejandra Birgin (2010) caracteriza a massificação como uma expansão quantitativa que, no entanto, não garante uma distribuição equitativa do capital cultural, podendo até reforçar mecanismos de exclusão e a elitização. A situação é agravada pela sub-representação de grupos vulneráveis em cursos de alto prestígio social, conforme destacado por Leandro Almeida *et al* (2012), e pelo aumento das demandas por serviços de apoio estudantil para a permanência e sucesso acadêmico, segundo Carlos Dias e Helena Sampaio (2020).

Philip Altbach, Liz Reisberg e Laura Rumbley (2009) oferecem uma visão global, reconhecendo a massificação como fenômeno inevitável que inclui maior mobilidade social e transformações nos padrões de financiamento e diversificação dos sistemas educacionais. Assim, a massificação não é uma fase nova, devendo ser percebida de maneiras diferentes e etapas distintas. Inicialmente, os sistemas de Educação Superior lutaram para lidar com a demanda e a necessidade de infraestrutura expandida e maior corpo docente, mas recentemente começaram a enfrentar implicações da diversidade e a considerar subgrupos ainda excluídos ou indevidamente atendidos, com a garantia de acesso que resulte em efetiva conclusão educacional.

A Constituição Federal do Brasil, inciso I do Artigo 206 (BRASIL, 1988), estabelece igualdade de condições para acesso e permanência na educação, o que representa um desafio de massificação significativo diante da realidade. A distinção constitucional insuficiente entre Educação Básica e Superior, nesse ponto, permite uma brecha para justificar a persistência de históricas desigualdades educacionais, reforçadas por uma ideologia meritocrática que, por vezes, nega ou restringe a massificação da Educação Superior. Essa abordagem, que opõe massa à qualidade, ignora a educação como um direito universal ao longo da vida e relega o fato de disparidades socioeconômicas, étnico-raciais e geográficas influenciarem significativamente o acesso e o sucesso acadêmico. Ademais, disparidades institucionais, currículos engessados e o desprestígio de cursos com menos perspectivas profissionais limitam a garantia da igualdade de condições e do acesso às titulações. Nesse contexto, a meritocracia serve frequentemente para ocultar barreiras sistêmicas a estudantes de origens menos privilegiadas e perpetuar desigualdades preexistentes, refletindo um paradoxo de expansão do acesso que não se traduz em igualdade de oportunidades e condições educacionais para todos/as.

Agravam-se tais problemas pela mercantilização da Educação Superior, impulsionada por uma agenda neoliberal global que transforma a educação em um bem de consumo, desviando-se dos princípios democráticos de acesso e permanência (FRITSCH *et al*, 2020). A pressão é exacerbada sobre as universidades latino-americanas para que abandonem princípios estabelecidos na Reforma de Córdoba de 1918, como a autonomia institucional, sendo forçadas a buscar fontes privadas de financiamento, como discutem Carlos Torres e Daniel Schugurensky (2002). Valdemar Sguissardi (2015) descreve a situação do Brasil como Massificação Mercantil, na qual a Educação Superior transforma-se de bem público em *commodity* e é dominada por grandes empresas lucrativas e fundos de investimento. Tal processo leva à progressiva anulação das fronteiras entre os setores público e privado da educação, com a lógica de mercado prevalecendo sobre os princípios democráticos de acesso e permanência. Resulta, pois, em educação elitizada, de alta qualidade para poucos/as, enquanto massifica e oferece baixa qualidade de ensino para muitos/as. O Estado, então, encolhe suas funções de garantia do direito à educação, seja na via direta da oferta pública como na regulação da qualidade ofertada por instituições privadas. Encolhe-se, assim mesmo, em seus deveres, ao limitar o investimento em educação, comprometendo as possibilidades do desenvolvimento econômico e socioambiental sustentável e a soberania da nação.

A negligência com a qualidade formativa na Educação Superior é evidenciada pela preponderante instrução massiva de discentes por um quadro docente reduzido e instável, mediante padronização pedagógica e plataformas de conteúdo que pouco aportam em qualidade acadêmico-científica e vivências socioculturais. Ana Araújo *et al* (2021) apontam que a massificação se dá com altas taxas de evasão e retenção, implicando em perdas significativas, tanto para indivíduos/as quanto para as instituições e a sociedade.

Birgin (2010) já anteriormente mencionava que, apesar do progresso e da abertura dos sistemas de ensino, as estruturas institucionais frequentemente permanecem inalteradas frente ao novo perfil de estudantes, derivando em inadequadas condições de ensino e de integração de indivíduos/as com diferentes necessidades e potencialidades. Importa considerar também as condições oferecidas a docentes, que devem estar preparados/as para lidar com a crescente diversidade e quantidade de alunos/as. Isso implica em formação continuada, espaços de trabalho colaborativos e oportunidades para o desenvolvimento de diálogos construtivos para garantir ensino de qualidade.

A magnitude da problemática chama a um debate mais aprofundado sobre o que constitui uma Educação Superior de qualidade e como ela pode ser assegurada em um processo de massificação, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e pela mercantilização do ensino. A crítica à *mcdonaldização do ensino*, de Dennis Hayes e Robin Wynyard (2002), e a de Ernesto Tovar (2012), que interpreta a massificação como *combustível das máquinas para graduar*, pelo seu potencial de comprometer a trajetória acadêmica dos/das estudantes e amplificar as desigualdades sociais, enfatiza a necessidade de revisitar as políticas públicas para garantir que a educação permaneça direito universal e pilar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável. Como ressalta François Dubet (2015), sem atenção efetiva à igualdade de oportunidades, a massificação falha em ser genuinamente democratizante, perpetuando, em vez de mitigar, as desigualdades sociais. José Dias Sobrinho (2013) ecoou esse ponto ao descrever a *democratização excludente*, que não assegura a todos/as, independentemente de suas origens, o direito a uma educação de excelência.

Além da quantidade: qualidade e equidade na Educação Superior

A partir da literatura, observamos que os estudos sobre a massificação da Educação Superior tendem a focar dimensões isoladas, como acesso, qualidade ou gestão, levando a uma compreensão fragmentada dos desafios inerentes a esse fenômeno. Segundo Sguisardi (2015), é necessária uma abordagem mais abrangente que integre as questões de acesso, permanência e inserção dos/das egressos/as no mundo do trabalho, para capturar a complexidade multidimensional desse processo.

Refletindo sobre as contribuições de Lee Harvey e James Williams (2010), percebemos a qualidade na Educação Superior influenciada por uma *revolução da qualidade* que envolve massificação, internacionalização e mercantilização. Argumentam eles que a qualidade deve ser intrínseca às atividades diárias do setor educacional e não apenas um cumprimento de rituais externos. Isso reforça a importância de nosso Modelo Multidimensional, que procura integrar a qualidade como compromisso genuíno com a melhoria contínua

e a inclusão efetiva, confrontando o dilema apontado entre qualidade como ritual e qualidade como propriedade de seus/suas interessados/as.

No Modelo Multidimensional buscamos superar limitações de estudos anteriores, integrando variáveis que abrangem diversos aspectos da/na democratização da Educação Superior. Pretendemos uma visão de totalidade, abordando de forma relacional as questões de acesso, qualidade do ensino, inclusão, diversidade, permanência e excelência acadêmica – uma compreensão integrada dos desafios complexos apresentados pela massificação. Reconhecendo a interdependência entre os diferentes aspectos da Educação Superior, o modelo facilita o desenvolvimento de estratégias para que a qualidade seja uma propriedade compartilhada entre todos/as os/as atores/atrizes envolvidos/as. A abordagem multidimensional enseja uma avaliação mais precisa do progresso e a identificação de áreas que ainda requerem atenção no sistema educacional brasileiro. Além disso, este estudo enriquece a literatura acadêmica e serve como uma ferramenta para formuladores/as de políticas e profissionais da educação.

À luz das reflexões expostas, adentramos uma perspectiva otimista sobre a massificação da Educação Superior. Segundo João Cabral (2001), a massificação é vista como oportunidade para enriquecer o universo científico, em face de visões superficiais que a associam à suposta queda na qualidade, o que seria uma preocupação apenas para aqueles/as que resistem aos novos desafios impostos pelo fenômeno. Lembrem Harvey e Williams (2010) que a qualidade na Educação Superior não deve ser avaliada apenas por critérios externos de prestação de contas, mas também como uma propriedade intrínseca ao sistema educacional, refletida em suas metas e contextos específicos. Esse ponto é essencial para entender a massificação não como diluição de qualidade, mas como um fator para aprimoramento e inclusão.

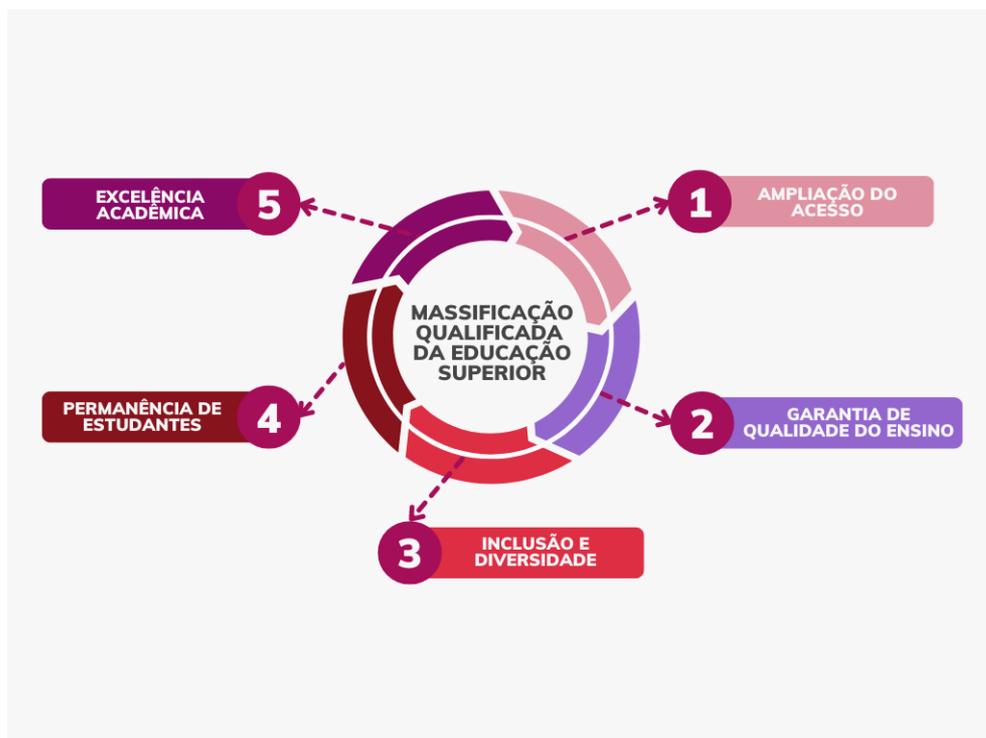
Claisy Marinho-Araujo (2016) enfatiza o potencial do processo como meio de desenvolvimento pessoal e emancipação, enquanto Mirella Rocha (2009) o considera um instrumento de inclusão e empoderamento social, enfatizando seu papel no atendimento às necessidades sociais e na garantia de direitos às massas, particularmente em contextos latino-americanos. Por esse prisma, a massificação é reconhecida como estratégia política para construir uma sociedade mais justa e equitativa, atendendo às necessidades sociais e reforçando direitos.

A massificação apresenta tanto oportunidades quanto desafios, exige reconfiguração das políticas públicas e das instituições de Educação Superior – IES para acolher efetivamente o volume e a diversidade de perfis dos/das estudantes. Gerardo Serpa e Adriana Falcón (2019) argumentam que o desafio não está em adaptar os/as estudantes ao sistema existente, mas em reestruturar o sistema educacional para atender à diversidade estudantil. Criticam a visão que atribui aos/as estudantes a responsabilidade pela qualidade educacional e defendem que a verdadeira democratização da Educação Superior promove equidade, qualidade e inclusão social. Nesse sentido, entendemos que a

situação exige uma revisão crítica do *modus operandi* da massificação vigente para garantir os princípios democráticos e de justiça social.

Em resposta aos desafios identificados, o conceito de MQES emerge como um processo dinâmico e fundamental no combate às desigualdades na Educação Superior. Introduzido por Bruna de Souza Souza (2020), o conceito transcende uma visão puramente quantitativa do processo, motivo pelo qual inclui o termo *Qualificada* – inspirado pelas ideias de Serpa e Falcón (2019), que defendem a massificação como um mecanismo para fortalecer a democracia educacional e a formação cidadã sem comprometer a qualidade, incitando o debate sobre a inter-relação entre equidade e qualidade na Educação Superior. O conceito de MQES responde às disparidades regionais e socioeconômicas e é estruturado em cinco dimensões indispensáveis para a sua plena realização. A Figura 1 ilustra essas dimensões, representadas em um equilíbrio para garantir que o processo não dilua os valores e os objetivos essenciais da educação.

Figura 1: Dimensões da Massificação Qualificada da Educação Superior



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Cada dimensão da MQES trabalha em conjunto para que a Educação Superior seja acessível, inclusiva e de alta qualidade. A dimensão *Ampliação do Acesso* contempla a expansão sistemática e estratégica das ofertas e vagas em IES e cursos, permite acesso mais amplo, garantindo a mais pessoas oportunidade no caminho universitário. A dimensão *Garantia de Qualidade do Ensino* centra-se na manutenção e na melhoria da formação oferecida pelas IES, implicando professores/as qualificados/as e dedicados/as, infraestrutura apropriada, materiais e tecnologias educacionais adequadas. A terceira dimensão abrange *Inclusão e Diversidade*, expressando a promoção da igualdade de condições nas oportunidades acadêmicas, com valorização e representatividade da pluralidade estudantil, combatendo todas as formas de discriminação. Cria-se com as três dimensões o ambiente para assegurar a trajetória dos/das estudantes em condições de integral aproveitamento da qualidade acadêmica.

A quarta e a quinta dimensões do diagrama, *Permanência de Estudantes* e *Excelência Acadêmica*, ilustram a importância de garantir seguimento no percurso em IES de reconhecido valor. A *Permanência de Estudantes* prioriza a continuidade do percurso educacional, por meio de fatores como apoio emocional, disponibilização de bolsas, auxílio moradia e alimentação, além de práticas pedagógicas e de acolhimento que signifiquem reconhecimento de suas necessidades e interesses. Elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, incluem a formação cidadã e a preparação para o mundo do trabalho. A *Excelência Acadêmica* concentra-se na promoção do êxito acadêmico dos/das estudantes, assegurando acesso a recursos contribuintes para a sua formação integral e o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Isso é alcançado com a oferta de atividades de pesquisa e extensão, de fruição cultural e desportiva, estágios, participação em eventos de inserção profissional, entre outras.

A massificação da Educação Superior, embora uma tendência necessária e irreversível, requer uma abordagem crítica e reformuladora para assegurá-la como pilar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável no país. Para atingir esse objetivo, a proposição de um Modelo Multidimensional surge como uma solução estratégica. O modelo é projetado para monitorar, identificar e superar os desafios inerentes ao processo de massificação, atendendo às demandas de uma população estudantil diversificada e superando limitações estruturais na ampliação da base demográfica na Educação Superior. Assim, torna-se essencial adaptar as políticas educacionais às peculiaridades do sistema educacional brasileiro.

O Documento Final da Conae 2024 desempenha, nesse contexto, um papel crucial, fortalecendo o compromisso com uma revisão colaborativa e inclusiva nas discussões sobre as futuras direções da política educacional brasileira. O documento prioriza a necessidade de expansão educacional justa e estrategicamente alinhada aos princípios democráticos e de justiça social, abordando, ao mesmo tempo, as desigualdades e estratificações emergentes.

As dimensões da MQES junto aos eixos temáticos da Conae 2024 constituem subsídios basilares na proposição do Modelo Multidimensional. Essas diretrizes visam a massificação da Educação Superior no Brasil como força democratizadora, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Tal abordagem não se limita às demandas imediatas, mas também antecipa futuros desafios, com impacto duradouro e positivo na sociedade brasileira. O intuito é garantir que a massificação contribua efetivamente para a democratização da Educação Superior, reconhecendo gargalos e propondo caminhos estratégicos com monitoramento e ajustes contínuos.

Conae 2024 e a Educação Superior: eixos temáticos e estratégias

O Documento Final da Conae 2024 representa um marco significativo na revisão da política educacional brasileira, emergindo de um processo colaborativo e democrático que engajou etapas de discussão, desde o nível municipal até o nacional. Essa dinâmica reflete um esforço para avaliar a situação educacional e estabelecer proposições e estratégias para a próxima década, com base no Documento Referência (BRASIL, 2023). Foram incorporadas nesse processo 8.692 emendas de todas as 27 unidades federativas, refletindo um engajamento representativo e participativo a orientar a formulação do Projeto de Lei do próximo PNE para o decênio 2024-2034.

O Documento Final reafirma a educação como direito humano essencial e instrumento para promover a justiça social e o desenvolvimento socioambiental sustentável. Adotando sete eixos temáticos alinhados aos princípios do Artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o documento enfatiza a educação como prática social, histórica e política destinada a formar cidadãos/ãs conscientes de seus direitos e deveres individuais e coletivos. Ademais, enfatiza uma visão coletiva e inclusiva da Educação Superior no Brasil, abordando a democratização do acesso, a interiorização das universidades públicas, a inclusão social e a promoção da equidade e igualdade. Destaca também a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e a regulação e supervisão da Educação Superior, com atenção à Educação a Distância – EaD para a garantia do padrão de qualidade. O Documento também incorpora adições significativas em relação à Educação Superior, com uma ênfase renovada na melhoria da qualidade, aprofundando compromissos e responsabilidades sociais das IES. São destacadas regulação, avaliação e supervisão rigorosas, especialmente em relação à EaD. O reforço do fomento a ciência, tecnologia e inovação é considerado fundamental para o desenvolvimento sustentável do país, juntamente com políticas específicas de financiamento e inclusão que aumentem a acessibilidade e a diversidade na Educação Superior, em particular para pessoas com deficiência e grupos historicamente marginalizados.

Morais (2020) ressalta a necessidade de lutar por políticas públicas que garantam o acesso e a permanência na Educação Superior. O autor destaca a importância de monitorar e cobrar as metas do PNE, sendo imprescindível compreender como os resultados estão sendo atingidos e a que projeto de sociedade atendem. Na perspectiva da Conae 2024, buscamos uma compreensão abrangente das dinâmicas educacionais no país, visando uma abordagem mais inclusiva e qualitativa da massificação, ou seja, tomando a noção de MQES. Com o Modelo Multidimensional proposto exploramos diversas facetas do processo de massificação, articulando estratégias e abordagens detalhadas para cada um dos sete eixos temáticos estabelecidos no Documento Final (FNE, 2024). Apresentamos um primeiro exercício de base teórica e prática que contribua para o entendimento e a melhoria contínua do processo de massificação da Educação Superior no Brasil, alinhada com as metas e estratégias propostas para o PNE da próxima década.

Inicialmente realizamos uma análise de cada um dos sete eixos temáticos da Conae 2024, que são gerais e estruturantes do Sistema Nacional de Educação – SNE, a saber:

Eixo 1 - O PNE como articulador do SNE, sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais de educação, em prol das ações integradas e inter-setoriais, em regime de colaboração interfederativa;

Eixo 2 - A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios;

Eixo 3 - Educação, direitos humanos, equidade, inclusão e diversidade: justiça social na garantia do direito à educação para todas as pessoas e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência;

Eixo 4 - Gestão democrática e educação de qualidade: regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos processos e espaços de decisão;

Eixo 5 - Valorização de profissionais da educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira e às condições para o exercício da profissão de maneira segura e saudável;

Eixo 6 - Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência;

Eixo 7 - Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza (FNE, 2024, p. 17).

Para este estudo, averiguamos especificamente as proposições e estratégias endereçadas ao planejamento da Educação Superior. O Quadro 1 resume os sete eixos temáticos do documento e aponta as questões-chave para a Educação Superior.

Quadro 1 - Síntese dos eixos temáticos segundo o foco e as principais estratégias do Documento Final da Conae que incidem na Educação Superior

Eixo Temático	Foco Principal	Estratégias que incidem na Educação Superior
Eixo I - Cooperação Federativa e SNE	Promover cooperação entre diferentes níveis de governo e sociedade civil para garantir educação de qualidade a todos/as.	Implementar legislação robusta, planejamento articulado, financiamento adequado e estável. Estabelecer instâncias permanentes de negociação e cooperação. Fortalecer o acesso à educação para promover a participação efetiva e cidadã, com ênfase na formação de uma nova cultura coletiva pautada na solidariedade e no respeito às diversidades e à inclusão social e educacional.
Eixo II - Direito à Educação de Qualidade Social	Democratizar o acesso e expandir a Educação Superior, com foco nas instituições públicas.	Desenvolver políticas e programas nacionais focados na democratização do acesso e na expansão do setor público. Ações afirmativas, políticas de inclusão social para estudantes trabalhadores/as e interiorizar universidades federais e estaduais. Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Regulamentar e avaliar a qualidade da oferta educacional, com atenção aos desafios impostos pelas <i>EdTechs</i> e reformas conservadoras. Monitorar e regulamentar a EaD.
Eixo III - Enfrentamento das Desigualdades Educacionais	Garantir educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade social para todos/as.	Fomentar políticas para acesso, permanência e aprendizagem efetiva para grupos marginalizados. Valorizar diversidade e combater racismo e preconceitos. Promover políticas educacionais para igualdade de gênero e de raça, e que reduzam barreiras regionais e culturais, com reconhecimento das especificidades culturais, linguísticas e territoriais.
Eixo IV - Gestão Democrática	Construir uma nação soberana e democrática por meio da educação.	Reforçar a educação como direito social fundamental, ligado à qualidade social da educação e à gestão democrática. Priorizar a formação de cidadãos/ãs críticos/as, capazes de contribuir para a transformação social. Promover uma avaliação educacional que seja diagnóstica, formativa e emancipatória, superando a simples mensuração de desempenho acadêmico. Enfatizar a gestão como um processo inerente à autonomia didático-científica, administrativa, pedagógica e financeira, incluindo a eleição direta de diretores/as e reitores/as, e a participação social efetiva com inclusão social nas instituições públicas.

Eixo Temático	Foco Principal	Estratégias que incidem na Educação Superior
Eixo V - Valorização dos/das Profissionais da Educação	Valorizar a formação, carreira, remuneração e condições de trabalho dos/das profissionais da educação.	Implementar política nacional de valorização e desenvolvimento profissional. Realizar concursos públicos, estabelecer planos de carreira justos e condições de trabalho que promovam a saúde dos/das educadores/as, com ênfase no financiamento público. Reconhecer os profissionais como centrais no processo educativo e enfatizar a necessidade de políticas que sustentem sua formação, bem-estar e desenvolvimento profissional contínuo. Ressaltar a importância das universidades na formação de profissionais do setor educacional, com promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão.
Eixo VI - Financiamento Público	Assegurar planejamento financeiro adequado e estável para democratizar o acesso e permanência na educação.	Estabelecer planejamento financeiro adequado, estável e sustentável, com aumento significativo no aporte público para a educação, foco especial na educação pública. Explorar diversas fontes de financiamento, incluindo a tributação progressiva e recursos provenientes da exploração de recursos naturais. Garantir transparência e acompanhamento da aplicação dos recursos.
Eixo VII - Educação e Desenvolvimento Socioambiental	Promover uma educação voltada para a justiça social, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.	Promover a educação como um processo integral e saudável, realizado em ambiente natural preservado e sustentável. Desenvolver uma política nacional de educação com princípios, diretrizes, programas e ações que interligam educação, ciência, tecnologia, inovação, economia, meio ambiente e direitos humanos. Fortalecer a Educação para o Desenvolvimento Sustentável em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (2015). Integrar os princípios de sustentabilidade em todos os níveis de ensino, incentivando práticas que aumentem a consciência ambiental e social. Definir e aperfeiçoar marcos legais para (re)construir políticas públicas de Estado que promovam a educação pública gratuita e de qualidade, visando a sustentabilidade socioambiental e a plena justiça social.

Fonte: Documento final da Conae 2024.

O Documento Final da Conae contribui de maneira significativa para compreender e fazer avançar o processo de massificação da Educação Superior na perspectiva adotada. A cooperação federativa é essencial para garantir uma abordagem articulada e eficiente em todo o território nacional. Além disso, o direito à educação de qualidade implica não apenas a expansão numérica das matrículas, mas também um compromisso com a qualidade da oferta educacional. A inclusão social e a valorização da diversidade são fundamentais para assegurar o acesso equitativo à Educação Superior, zelando por condições equivalentes de ensino e aprendizagem aos/às estudantes. Essa abordagem é fundamental para a democratização da educação. Paralelamente, a gestão democrática e a valorização dos/das profissionais da educação criam um ambiente educacional igualitário,

onde a participação ativa promove a justiça social e aumenta a relevância social das experiências e conhecimentos compartilhados. O financiamento público adequado e estável é indispensável para sustentar a expansão e melhoria contínua da Educação Superior. A ênfase em justiça social e sustentabilidade ambiental assegura que a educação esteja alinhada com as necessidades e os desafios contemporâneos da sociedade brasileira. Consequentemente, tais eixos interligados formam uma rede robusta de fios e nós que podem garantir e impulsionar a MQES no âmbito do PNE 2024-2034.

Modelo Multidimensional: um instrumento para a análise da massificação da Educação Superior

Para oferecer uma compreensão mais detalhada deste estudo, apresentamos o processo de construção do Modelo Multidimensional para análise da massificação da Educação Superior no Brasil e a lógica subjacente à seleção das variáveis utilizadas. Este modelo foi desenvolvido considerando diversos aspectos valorizados nas políticas de Educação Superior, combinando variáveis quantitativas e qualitativas para proporcionar uma análise abrangente. As variáveis selecionadas são de acesso público e amplamente reconhecidas no escopo das funções de planejamento, avaliação e regulação da Educação Superior no Brasil. Derivam de duas fontes oficiais: o Censo da Educação Superior – CES (INEP, 2022b) e os indicadores da Educação Superior de fluxo e qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação dos/das docentes (INEP, 2023). A escolha das variáveis foi orientada por critérios de relevância, consistência dos dados e representatividade, assegurando que refletissem os desafios e oportunidades da massificação, a partir dos eixos temáticos do Documento Final da Conae 2024.

Aproveitamos um conjunto de variáveis já estabelecidas nos questionários Curso, Aluno/a, IES e Docente do CES (INEP, 2022b) e os indicadores de Fluxo da ES, Percentual de Docentes com Pós-Graduação *Stricto Sensu* e de Qualidade da ES (INEP, 2023). Tal modelo permite uma análise interconectada das variáveis para iluminar as estratégias para a Educação Superior no PNE 2024-2034, alinhadas ao conceito de MQES. O CES, realizado anualmente pelo INEP, cobre informações prestadas pelas IES por meio dos quatro questionários anteriormente mencionados. O levantamento fornece dados fundamentais para análises educacionais, o desenho de políticas públicas e a regulação do setor. Considerando o Modelo Multidimensional, o Quadro 2 elenca as variáveis selecionadas nesses questionários de acordo com os eixos temáticos.

Quadro 2 - Variáveis dos questionários do Censo da Educação Superior por eixos temáticos no Documento Final da Conae 2024

Eixo Temático	Questionários			
	Curso	Aluno/as	IES	Docente
Eixo I - Cooperação Federativa e SNE	-	-	-	-
Eixo II - Direito à Educação de Qualidade Social	Grau acadêmico, Modalidade de ensino, Carga horária, Gratuidade	Situação do vínculo do/da aluno/a no curso	Categoria administrativa, Organização acadêmica, Instalações da unidade	Escolaridade, Situação na IES, Regime de trabalho
Eixo III - Enfrentamento das Desigualdades Educacionais	Curso, Turno, Condições de ensino-aprendizagem para pessoas com deficiência, Recursos de tecnologia assistiva disponíveis	Curso, Turno, Sexo, Cor/raça, Alunos/as com deficiência, Tipo de escola em que concluiu o Ensino Médio, Programas de reserva de vagas, Tipo de programa de reserva, Financiamento estudantil, Tipo de financiamento, Apoio social, Tipo de apoio social, Atividade extracurricular, Tipo de atividade extracurricular	UF do local de oferta, Município do local de oferta, Acessibilidade arquitetônica, de conteúdo e tecnológica nas bibliotecas, Infraestrutura de acessibilidade arquitetônica	Sexo, Cor/raça, Docentes com deficiência
Eixo IV - Gestão Democrática	-	-	-	-
Eixo V - Valorização dos/das Profissionais da Educação	-	-	Funcionários/as técnico-administrativos/as por escolaridade	Regime de trabalho, Atuação docente

Eixo VI - Financiamento Público	-	Programas de reserva de vagas, Tipo de programa de reserva, Financiamento estudantil, Tipo de financiamento, Apoio social, Tipo de apoio social	-	Possui bolsa pesquisa
Eixo VII - Educação e Desenvolvimento Socioambiental	Modalidade de ensino, Oferecimento de disciplinas semipresenciais, Carga horária semipresencial	Atividade extracurricular, Tipo de atividade extracurricular	-	-

Fonte: Documento Final da Conae 2024 e INEP, 2022b.

Complementam a seleção de variáveis os Indicadores Educacionais (INEP, 2023) produzidos para o monitoramento da Educação Superior, em atenção ao PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014). Destacamos o Indicador de Fluxo da Educação Superior, que mapeia a jornada acadêmica dos/das alunos/as desde a admissão até a conclusão ou desistência, essencial para avaliar a eficiência dos cursos. Outros indicadores selecionados incluem o Percentual de Docentes com Pós-Graduação Stricto Sensu, que mensura a proporção de professores/as com mestrado ou doutorado nas IES, e os Indicadores de Qualidade da Educação Superior, que utilizam os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade para classificar os cursos. Esses indicadores fornecem uma base sólida para o aprimoramento das políticas educacionais e a gestão dos cursos de graduação.

O Quadro 3 elenca as variáveis selecionadas a partir dos indicadores do INEP (2023), estratificados conforme desagregações disponíveis em tabelas de resultados, publicadas anualmente. Tal estrutura permite uma visão sobre a distribuição da qualidade educacional em diferentes cursos e instituições, com informações que facilitam a identificação de tendências e áreas em que o sistema educacional de Educação Superior do país necessita de melhorias.

Quadro 3 - Variáveis dos indicadores do INEP por eixos temáticos no Documento Final da Conae 2024

Eixo Temático	Indicador de Fluxo da ES1	Indicador Percentual de Docentes com Pós-Graduação	Indicadores de Qualidade da ES			
			Conceito Enade	IDD	CPC	IGC
Eixo I - Cooperação Federativa e SNE	-	-	-	-	-	-
Eixo II - Direito à Educação de Qualidade Social	Categoria Administrativa, Organização Acadêmica, Grau Acadêmico, Modalidade de ensino	Categoria Administrativa, Organização Acadêmica, Grau Acadêmico, Modalidade de ensino, Área geral do curso, Grau de Formação	Área de Avaliação, Grau Acadêmico, Categoria administrativa, Organização acadêmica, Modalidade de ensino	Área de Avaliação, Grau Acadêmico, Categoria administrativa, Organização acadêmica, Modalidade de ensino	Área de Avaliação, Grau Acadêmico, Categoria administrativa, Organização acadêmica, Modalidade de ensino, Infraestrutura e Instalações Físicas, Regime de Trabalho	Categoria administrativa, Organização acadêmica, Conceito Médio de Graduação, Conceito Médio de Mestrado e Doutorado
Eixo III - Enfrentamento das Desigualdades Educacionais	Região, UF, Município do Curso; Curso, Área do curso, Grande Área do Curso, IES	Região, UF, Município, IES	Curso, Município do curso, UF, IES	Curso, Município do curso, UF, IES	Curso, Município do curso, UF, IES	UF, IES
Eixo IV - Gestão Democrática	-	-	-	-	-	-
Eixo V - Valorização dos/ das Profissionais da Educação	TCAN, TADA	Percentual de docentes com Pós-Graduação Stricto Sensu, Grau de Formação	-	-	Organização Didático-Pedagógica, Oportunidade de Ampliação da Formação, Mestres/as, Doutores/as, Regime de Trabalho	-
Eixo VI - Financiamento Público	-	-	-	-	-	-
Eixo VII - Educação e Desenvolvimento Socioambiental	Modalidade de Ensino	Modalidade de Ensino	Modalidade de Ensino	Modalidade de Ensino	Modalidade de Ensino	-

Fonte: Documento Final da Conae, 2024 e INEP, 2023.

Contando com variáveis do CES (INEP, 2022b) e indicadores do INEP (2023), o modelo proposto permite uma visão integrada e prática dos desafios e tendências da Educação Superior, possibilita perceber a oportunidade de pesquisas e regulação, i.e., a necessidade de intervenções em direção ao que está planejado. Embora alguns eixos temáticos, como Cooperação Federativa no SNE e Gestão Democrática, não estejam diretamente representados nos dados disponíveis, o modelo ora apresentado permite análises críticas e construtivas a serem apreciadas e validadas nas instâncias de planejamento e avaliação da educação brasileira. A partir do modelo abrem-se possibilidades de ensaios propositivos de metas e estratégias para um maior alcance de quantidade e qualidade na Educação Superior brasileira.

A perspectiva deste estudo é, assim, restrita a um ensaio analítico e crítico na busca de diálogos construtivos entre conceitos, instrumentos de pesquisa, fontes de dados e metodologias abrangentes de diversos aspectos da Educação Superior.

Considerações finais

A massificação da Educação Superior no Brasil é fundamental para promover a inclusão social e impulsionar o desenvolvimento econômico. Esse imperativo, no entanto, carrega o desafio de equilibrar o aumento quantitativo de acesso e a qualidade da educação ofertada. É o que abordamos, por meio de um Modelo Multidimensional para análise da massificação da Educação Superior no Brasil, desenvolvido a partir dos sete eixos temáticos do Documento Final da Conae 2024 (FNE, 2024), utilizando variáveis do CES (INEP, 2022b) e indicadores do INEP (2023).

Adotamos a perspectiva de Massificação Qualificada da Educação Superior – MQES, que concebe a Educação Superior como um direito humano essencial, destacando o compromisso do Estado e da sociedade com a excelência acadêmica, a formação cidadã e os valores democráticos e de justiça social. Nosso modelo alinha-se a esses princípios para responder às tensões entre quantidade e qualidade, possibilitando uma análise mais rica, que equilibra o crescimento quantitativo com melhorias qualitativas e equitativas. Valorizamos, assim, não apenas o número de matrículas, mas também a qualidade da formação, a inclusão de grupos vulneráveis, a permanência e o sucesso dos/das estudantes.

Implementar o modelo envolve o uso de dados do CES e de indicadores para planejar, monitorar e avaliar as políticas educacionais. Ele permite identificar áreas críticas e orientar a formulação de estratégias para enfrentar os desafios da massificação. Além disso, o modelo é sensível às questões de diversidade e inclusão, orientando políticas mais abrangentes que atendam às necessidades de uma população estudantil diversificada. O modelo permite, igualmente, perceber gargalos persistentes, como a necessidade de

articular os pressupostos teóricos, os princípios políticos e as práticas de planejamento e gestão da Educação Superior.

As proposições da Conae 2024 reforçam a necessidade de uma abordagem integrada e intersetorial, envolvendo cooperação federativa, garantia do direito à educação de qualidade, gestão democrática, valorização dos/das profissionais da educação, financiamento público adequado, compromisso com a justiça social e a sustentabilidade. A ausência de variáveis relativas a alguns eixos temáticos nas bases de dados selecionadas sugere a urgência de dados e/ou metodologias alternativas para capturar outros aspectos essenciais ao planejamento e ao monitoramento da Educação Superior.

Como Azevedo e Oliveira (2021) bem observam, é fundamental retomar e reforçar os mecanismos de gestão democrática e participativa para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. Isso reforça a necessidade de um engajamento contínuo de todos/as os/as atores/atrizes sociais no processo educacional, garantindo que as políticas educacionais sejam efetivamente alinhadas às necessidades e expectativas da sociedade. Complementando essa perspectiva, Dourado (2020) reforça as lutas em defesa do PNE como o epicentro das políticas e da gestão educacional, vigiando sua materialização para garantir a todos/as uma educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social.

Concluimos esta apresentação do Modelo Multidimensional – ancorado nos princípios da MQES e nos eixos temáticos da Conae 2024 – almejando que tenha potencial para explicar, planejar e monitorar o processo de massificação da Educação Superior no Brasil em maior complexidade. O equilíbrio entre expansão e manutenção da qualidade é vital para garantir que todos/as os/as estudantes recebam uma educação adequada aos desafios do século XXI. Valorizamos a continuação de pesquisas na área, as inovações no sistema de informações do setor educacional e o envolvimento de múltiplos/as atores/atrizes sociais atentos/as à relevância de práticas educacionais alinhadas às metas nacionais de educação, considerando qualidade e equidade tão importantes quanto o acesso e como pilares para o desenvolvimento socioeducacional sustentável.

Recebido em: 27/05/2024; Aprovado em: 08/07/2024.

Notas

- 1 Composto por Taxa de Permanência – TAP, Taxa de Conclusão Acumulada – TCA, Taxa de Desistência Acumulada – TDA, Taxa de Conclusão Anual – TCAN e Taxa de Desistência Anual – TADA.

Referências

- ALMEIDA, Leandro *et al.* Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.
- ALTBACH, Philip G., REISBERG, Liz & RUMBLEY, Laura E. *Trends in global higher education: Tracking an academic revolution*. Paris: Unesco, 2009.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de & OLIVEIRA, João Ferreira de. Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 622-638, 2021.
- BIRGIN, Alejandra. Massificação do ensino. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli & VIEIRA, Livia Fraga. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. *Lei nº. 13.005/2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.
- BRASIL. *Documento Referência da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2024*. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conferencias/Conae-2024/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.
- CABRAL, João de Pina. Novas articulações universitárias – pós-graduação, investigação e massificação do ensino superior. *Análise Social*, Lisboa, v. 36, n. 161, p. 1209-1217, 2001.
- CARNEIRO, André Luiz Pestana *et al.* Educação Superior no Brasil. *A Terra é Redonda*, [S.l.], 30 set. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/educacao-superior-no-brasil/?utm_term=2023-09-30>. Acesso em: 17 de jan. de 2024.
- CLEMENTINO, Ana Maria & OLIVEIRA, Dalila Andrade. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 18, p. 1–23, 2023.
- DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos & SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos *et al* (Orgs.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 27-60.
- DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010.
- DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização*. Brasília: Anpae, 2020. p. 10-33.
- DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015.
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*. Brasília: FNE, 2024. Disponível em: <<https://campanha.org.br/acervo/documento-final-Conae-2024/>>. Acesso em: 5 de mar. de 2024.

FRITSCH, Rosângela *et al.* Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas*, v. 25, n. 01. p. 89-112, mar. 2020.

HARVEY, Lee & WILLIAMS, James. Fifteen Years of Quality in Higher Education. *Quality in Higher Education*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 3-36, 2010.

HAYES, Dennis & WYNYARD, Robin. *The mcdonaldization of higher education*. Westport: Bergin, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Número de cursos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos 1991 a 2010*. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 02 de dez. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior - 2022*. Brasília: INEP, 2022a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 02 de dez. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior: Orientações*. Brasília: INEP, 2022b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/orientacoes>>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Indicadores Educacionais*. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia, Campinas*, v. 33, n. 2, p. 199-211, abr./jun. 2016.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de & LUCE, Maria Beatriz. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, Maria Beatriz & MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Orgs.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-25.

MORAIS, Frederico Dourado Rodrigues. A meta 12 do PNE (2014-2024) e a privatização da educação superior brasileira: concepções de sociedade em disputa. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização*. Brasília: Anpae, 2020. p. 188-204.

RIBEIRO, Rosselini Diniz Barbosa. A expansão da educação superior e o PNE 2014-2024: um estudo da meta 12 e seus indicadores. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização*. Brasília: Anpae, 2020. p. 205-222.

RISTOFF, Dilvo. O Novo Perfil do Campus Brasileiro: Uma Análise do Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas*, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROCHA, Mirella Farias. *Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Alessandra de Oliveira & AMARAL, Vinicius Correia. Apontamentos sobre o percurso histórico do plano nacional de educação: continuidade na descontinuidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização*. Brasília: Anpae, 2020. p. 422-435.

SERPA, Gerardo Ramos & FALCÓN, Adriana López. Masificación, equidad, educación superior: la universalización de la educación superior cubana. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 291-316, abr./jun. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

SOUZA, Bruna de Souza. *A massificação qualificada do acesso à Educação Superior no estado do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a população de referência da Meta 12 do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul 2015-2025 (PEE-RS)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

TORRES, Carlos Alberto & SCHUGURENSKY, Daniel. The political economy of higher education in the era of neoliberal globalization: Latin America in comparative perspective. *Higher Education*, [S.l.], v. 43, n. 4, p. 429-455, jun. 2002.

TOVAR, Ernesto Antonio. Masificación de la educación superior, combustible de las máquinas para graduar. *Educación Siglo XXI 2012*, [S.l.], 22 mar. 2012. Disponível em: <<https://2012educacion21.blogspot.com/2012/03/masificacion-de-la-educacion-superior.html>>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

TROW, Martin. Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. In: FOREST, James J.F. & ALTBACH, Philip G. (Orgs.). *International Handbook of Higher Education*. Dordrecht: Springer, v. 18, 2007, p. 243-280.